

Nações e nacionalismos

(a teoria, a história, a moral)

Diogo Ramada Curto, Miguel Bandeira Jerónimo e Nuno Domingos

Tradução de Otacílio Nunes

Uma das questões centrais propostas pelos teóricos das ciências sociais pode ser formulada do seguinte modo: como as sociedades modernas – produtos da industrialização, da divisão do trabalho e do capitalismo – recriaram formas de solidariedade equivalentes às relações outrora existentes em pequenas comunidades tradicionais? Nas respostas a essa questão, detectam-se elementos de natureza muito diversa. Inventariá-los implica reconhecer a falta de homogeneidade da própria teoria social ao longo dos séculos XIX e XX. Em primeiro lugar, alguns pensadores do social encontraram na religião, nas suas formas mais elementares e não só, essa espécie de elo que as sociedades e os indivíduos necessitam para funcionarem de modo integrado. Se aceitarmos como válida uma resposta desse tipo, valorizadora do carisma e de modos de união investidos de uma intensidade exemplar, temos de reconhecer que ela implica uma crítica a ideias correntes acerca da secularização e da laicização do mundo moderno. Em segundo lugar, será possível identificar elementos relativos a uma mudança de escala, situados no contraste entre o micro e o macro, com implicações de vária ordem sobretudo na orientação da pesquisa. A esse respeito, foram muitas as solicitações que levaram à descoberta da pequena escala e à sua escolha como uma espécie de laboratório de análise das relações concretas por excelência, tudo isso porventura em reação às relações sociais estabelecidas em grande escala. Em terceiro lugar, haverá que isolar, no interior das respostas mais reativas à referida questão,

os elementos que tenderam não apenas a exacerbar o trabalho dos agentes, da sua intencionalidade e motivos, bem como a favorecer a interpretação subjetiva das suas ações. É, aliás, nesse âmbito, que melhor se encontram formuladas as respostas que tenderam a relativizar uma concepção evolutiva das mudanças sociais, do progresso, substituindo-a por uma comparação entre diferentes configurações sociais e de grupo. Em quarto e último lugar, será necessário destacar as interpretações que procuram perceber de que modo as representações coletivas, ideologias ou normas de regulação da ação social, ao desviarem-se das suas formas mais elementares, concebidas a partir da pequena escala, contribuíram para alienar grupos sociais, para impor modos de falsa consciência ou para criar situações de anomia. Ora, foi precisamente nessa sequência que ganhou lastro a ideia de que a imaginação ou as representações mentais produzidas por uma sociedade não passavam de uma mascarada, de uma invenção, a que as sociedades modernas tinham necessidade de recorrer para poderem continuar a funcionar como tal.

Se uma passagem, mesmo que breve, pelas teorias sociais clássicas permite reconstituir uma série possível de respostas à questão de que partimos, também revela a pouca atenção que sempre suscitou, no seu interior, a ideia de nação (o mesmo sucede, aliás, com a ideia de império). Tal como se a nação – promotora de sentimentos, expressão de uma afetividade, de uma memória sedimentada e até de uma devoção, a ponto de se ter podido querer morrer pela pátria, como sucedeu durante a Primeira Guerra Mundial – tivesse sido objeto de uma naturalização, relegada a outros planos, arredada da teoria social clássica, no seu cânone europeu ou ocidental, ou nela ocupando apenas um lugar marginal. Claro que se poderá sempre argumentar que uma genealogia dos estudos sobre a nação tem as suas raízes nas obras de Tocqueville sobre a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos; nas interrogações de Durkheim sobre a consciência coletiva e a função social dos ritos e das cerimônias na França; no questionamento de Veblen acerca das especificidades da industrialização alemã; tal, como mais tarde, nas comparações de Barrington Moore Jr. envolvendo a Inglaterra e a França ou outros Estados nacionais (cf. Tocqueville, 1991-2004; Durkheim, [1912]* 1968; Veblen, [1915] 2006; Moore Jr., 2010). Em todos esses exemplos, a nação parece ter servido de escala de análise para a experimentação do método comparativo ou até de pretexto para o estudo de processos como os da formação do Estado, da sociedade civil ou da modernidade. Mas, em nenhum deles, a nação, com suas formas próprias de incorporação, constituiu-se num objeto de estudo em si mesmo. Ora, diante da dificuldade da teoria social

* A data entre colchetes refere-se à edição original da obra. Ela é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor [N.E.].

clássica em pensar a nação, uma segunda interrogação se impõe: quais os outros gêneros discursivos a partir dos quais foi empreendido esse trabalho?

Na obra dos historiadores, encontram-se as respostas mais óbvias. A *Histoire de Belgique*, de Henri Pirenne (7 vols., 1899-1932), constitui, talvez, o exemplo mais acabado desse esforço de organização de uma história nacional. Porém, a nação enquanto unidade de análise e de integração social conviveu na obra de Pirenne com outras escalas de observação e de organização social: das cidades medievais a essa história inacabada da Europa começada a escrever durante os anos de prisão em Kreuzberg, entre 1917 e 1918, publicada postumamente, em 1936, sem esquecer o confronto entre os impérios de Carlos Magno e o Islã (cf. Pirenne, 1927, 1936, 1937, 1939). Aliás, de um ponto de vista que nos é mais familiar, a obra precedente de Oliveira Martins, relativa à história de Portugal, tem de ser igualmente lida em articulação com outras escalas e perspectivas: da civilização ibérica às diferentes configurações ultramarinas, sem esquecer o quadro de abordagens gerais proposto no seu ambicioso projeto de uma “Biblioteca de ciências sociais” (cf. Vakil, 1995, 1999). Por sua vez, a Segunda Guerra Mundial suscitou uma nova série de interrogações de caráter historiográfico sobre a nação. Pelo menos para dois grandes historiadores, Federico Chabod e Lucien Febvre, tais questionamentos foram feitos em paralelo com outros inquéritos relativos à ideia de Europa (cf. Chabod, [1961] 1995, 2008; Febvre, 1996, 1999; Curtius, 1953; Auerbach, [1953] 2003). Ao mesmo horizonte pertencia a lição de Marc Bloch acerca das responsabilidades dos intelectuais que tinham participado na Primeira Guerra, mas cujo desleixo tinha conduzido a essa *Étrange défaite* (1ª edição de 1946) que levou à sua morte. É que, em todos esses casos, impunha-se, como se se tratasse de uma tarefa urgente, resgatar ideias e sentimentos patrióticos aos usos nacionalistas e xenófobos que conduziram ao Holocausto. E idêntico trabalho de resgate foi feito em relação às noções pan-europeias, articuladas com a de espaço vital e com os projetos de expansão imperial da Alemanha nazi. Na mesma altura, Hans Kohn anunciou a necessidade de acrescentar, aos inquéritos históricos sobre a nação, uma dimensão extraeuropeia (cf. Kohn, [1944] 1945). De fato, se nos desligarmos de uma perspectiva eurocêntrica (e anglocêntrica), será possível reconstruir – como se se tratasse de um outro gênero de discursos, com uma forte dimensão de inquérito historiográfico, mas não só – o sentido de uma série de obras relativas a nações saídas de processos coloniais. Pelo menos desde a década de 1920, intelectuais tão cosmopolitas quanto patriotas publicaram obras de ruptura, relativas à identidade nacional de

Peru, Brasil, Cuba, Indonésia e Índia (cf. Mariátegui, [1928] 1981; Freyre, 1933; Ortiz, [1940] 2002; Leur, 1955; Boxer, 1979; Blussé e Gaastra, 1998; Panikkar, 1953).

Na concorrência com o trabalho dos historiadores, romancistas e ensaístas representaram, configuraram ou imaginaram a nação. No caso português, a geração de 1870, tendo à cabeça as obras de Eça e Antero – dois autores obcecados com o atraso ou a decadência –, diversificou as linguagens capazes de identificar a nação e o povo. Por exemplo, Adolfo Coelho explorou a filologia e a etnografia, disciplinas às quais Teófilo Braga pretendeu somar a da história da literatura, entendida como um grande repertório de textos definidores do cânone nacional (cf. Matos, 1998; Leal, 2006). A partir de então, uma das questões que se colocou consistiu precisamente no grau de autonomia conferido a qualquer um desses gêneros ou disciplinas. Fernando Pessoa, por exemplo, deixou inédita vasta obra ensaística sobre Portugal (cf. Pessoa, 1928, 1978a, 1978b, pp. 324-325, 1980, 2011). Mas foi em António Sérgio que o ensaio português atingiu o seu auge, ao menos na intervenção e formação de um espaço público. Ao nosso lado, Ortega y Gasset, num ensaio intitulado *España invertebrada* (1922), ousou responder à referida questão colocada pela teoria social clássica. Mas fê-lo a partir dos conhecimentos concretos que tinha acerca da questão nacional na Espanha. Mostrou-se, então, um crítico feroz de uma continuidade, mais ou menos evolutiva, das formas do viver associado: “A ideia de que a família é a célula social e o Estado uma espécie de família que engordou é um obstáculo para o progresso da ciência histórica, da sociologia, da política e de muitas outras coisas” (Ortega y Gasset, 1922, p. 29). Depois, tendo no horizonte os casos da Catalunha e do País Basco, afirmou de forma peremptória: “Não; uma incorporação histórica não é a dilatação de um núcleo inicial” [“No; incorporación histórica no es dilatación de un núcleo inicial”] (*Idem*, p. 30). Ficavam, assim, estabelecidas as bases a partir das quais era possível pensar uma Espanha invertebrada, composta por várias nações.

Nos limites de uma abordagem que não pretende ser mais do que um inventário das formas a partir das quais a nação foi pensada, será necessário incluir os ensaios de György Lukács sobre a teoria da novela (cf. [1916] 1978) ou o romance histórico (cf. [1937] 1981); e destacar, no interior de um campo de investigações prolixas, os estudos sobre o poder performativo das narrativas e sobre a memória de Paul Ricoeur (*Temps et récit*, 3 vols., 1983-1985). Quando, por centramento nas questões analíticas da linguagem ou na constituição da linguística em ciência universal, as humanidades e

as ciências sociais passaram a privilegiar a análise dos discursos, foi possível levar mais fundo as investigações sobre o romance, a ficção, a obra imaginada, as formas simbólicas traduzidas numa linguagem dos ritos e das cerimônias, bem como as construções da memória. Aplicados aos estudos sobre a nação, os exercícios resultantes desse aparato de lenta elaboração, de proveniências intelectuais muito diversas, mas investidos de uma clara conotação linguística e culturalista (a que se sobrepôs uma espécie de onda pós-moderna), tiveram ao menos a vantagem de vir desencravar os temas da nação e do nacionalismo dos seus usos mais naturalizados e, talvez, mais conservadores. Os apelos de Maurras do início do século XX, mas que tinham deixado um cheiro a bafio em todos os nacionalismos europeus, mesmo no período posterior à Segunda Guerra, foram definitivamente destruídos (cf. D'Ornelas, 1914). Tudo isso numa altura em que, com o fim da Guerra Fria, ressuscitaram-se novos nacionalismos e visões xenófobas. Uma simples lista das obras que participaram desse último momento deverá incluir: Benedict Anderson, *Imagined communities* (1983); Ernst Gellner, *Nations and nationalism* (1983, onde aprofundou ideias já inscritas em *Thought and change*, 1965); Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *The invention of tradition* (1983); Anthony D. Smith, *State and nation in the Third World: the Western State and African nationalism* (1983); Pierre Nora (org.), *Lieux de mémoire* (1984-1992); A. D. Smith, *The ethnic origins of nations* (1986); E. J. Hobsbawm, *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality* (1990); Homi K. Bhabha (org.), *Nation and narration* (Londres, Routledge, 1990); Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A memória da nação* (1991); Partha Chatterjee, *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories* (1993).

No início da década de 1990, os programas de “limpeza étnica” e a violência generalizada dos conflitos na ex-Iugoslávia confrontaram o Ocidente com os resultados mais cruéis do nacionalismo. Bem evidente ficou que tais construções sociais da identidade, capazes de mobilizar membros de um grupo étnico, serviam aos interesses de uns participantes mais do que de outros. A esse respeito, Craig Calhoun considerou que tais construções, por exemplo,

[...] forçaram muitos sérvios, que tinham anteriormente adotado e experimentado a visão de uma Bósnia-Herzegovina multiétnica e democrática, a aderir a solidariedades étnicas para fazer face à guerra civil. Reivindicando tais solidariedades étnicas e uma identidade sérvia que era tão antiga como “natural”, a nova mobilização

ideológica exigiu, aparentemente com sucesso, que seus militantes desejassem tanto matar como morrer pela sua própria nação (1993, p. 212).

A partir daí, tornou-se difícil continuar associando a nação a projetos emancipatórios. Pouco importava que sentimentos nacionais tivessem existido e contribuído, de forma decisiva, para o desencadear de movimentos políticos tais como as revoltas e as revoluções de meados do século XVII, as lutas das elites crioulas contra o colonialismo espanhol no século XVIII, ou a unificação italiana ou alemã dos Oitocentos. O certo é que a violência das manifestações nacionalistas, da ex-Iugoslávia à ex-União Soviética, acompanhadas de reações xenófobas e racistas, protagonizadas por movimentos de extrema-direita, que se desencadearam por toda a Europa e nos Estados Unidos em face dos grupos de imigrantes, contribuiu – mais uma vez – para conotar o nacionalismo com as forças do tradicionalismo e do conservadorismo, capazes de agir em nome da segurança e, claro está, da violência. Uma recusa generalizada dos saberes acadêmicos, mais progressistas, em alinhar com tal conotação do nacionalismo corre o risco de levar a um desinvestimento na nação e nos nacionalismos, como objetos de análise. Em sua substituição, as ciências sociais e a história em particular parecem mesmo ter privilegiado objetos de análise de teor mais neutro, a saber, os processos de formação da sociedade civil, da cidadania e da democracia¹. Resta saber se as mesmas operações de substituição ou de diversão, acompanhadas de um pudor em relação à conotação violenta e antimoderna do nacionalismo na atualidade, não continuarão a impedir uma reflexão histórica e aprofundada sobre um tipo de objeto com o qual as ciências sociais sempre mantiveram uma relação teórica envergonhada.

1. Ver, por exemplo, Somers (1993).

Benedict Anderson é professor emérito de Estudos Internacionais, Governo e Estudos Asiáticos da Universidade de Cornell. Mereceu, recentemente, um importante reconhecimento das Ciências Sociais e Humanas: o Prêmio Albert O. Hirschman do Social Science Research Council (SSRC) norte-americano, que fora atribuído a Charles Tilly, em 2008, pouco antes de falecer. De acordo com o legado intelectual de Hirschman, tal prêmio destina-se a reconhecer contribuições significativas para o desenvolvimento de perspectivas interdisciplinares, no interior das ciências sociais e humanas, e para a promoção de uma intervenção pública informada (cf. Hirschman, 1997a, 1997b)².

2. Ver <http://www.ssrc.org/hirschman/recipients/2011>.

A esse mesmo respeito, repare-se no fato de Anderson, depois de ter obtido formação em literatura e estudos clássicos na Universidade de Cambridge, no final da década de 1950, ter passado a integrar o programa de estudos sobre a Indonésia da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos.

A par das suas contribuições de natureza acadêmica, Anderson denunciou a explicação fornecida pelo governo indonésio do processo de purga dos comunistas indonésios, injustamente acusados do golpe falhado de 30 de setembro de 1965. Escrito com Ruth T. McVey, autora de *The rise of Indonesian communism* (1965), o “Cornell Paper” (1966) começou a circular apenas no interior de um pequeno círculo acadêmico, mas acabou por chegar ao *Washington Post*. Adquiriu, então, uma projeção nacional e internacional, pelo punho do jornalista Joseph Kraft, em 5 de março de 1966, sob o título “Blood bath in Indonesia”. Nele, denunciava-se o grau de violência envolvido, com milhares de assassínios, o recurso generalizado à tortura e uma prolongada suspensão dos direitos humanos (cf. Anderson e Mc Vey, 1971; B. Anderson *et al.*, 1966). Na mesma altura, Lucien Rey assinou um texto intitulado “Dossier of the Indonesian drama” nas páginas da *New Left Review*, que mais não era do que uma versão resumida do relatório. De acordo com os autores deste último, o PKI (o Partido Comunista da Indonésia) e o presidente Sukarno não tinham responsabilidade na organização do golpe falhado. Longe de serem seus estrategistas ou mesmo seus perpetradores, eram sim as suas vítimas. O golpe de Estado fora o resultado de dinâmicas conflituais no interior do exército – protagonizadas essencialmente pelos oficiais da divisão Diponegoro, em Semarang, província da Java Central – e do calculismo político de Suharto. Num contexto de envolvimento histórico crescente das estruturas militares na esfera política, marcado por sua gradual profissionalização, hierarquização e centralização – processos aos quais Anderson dedicou uma atenção constante, a partir de 1966, na revista *Indonesia* –, assistiu-se ao desenvolvimento de tensões entre os diferentes poderes e interesses centrais e locais.

O relatório baseava-se na apreciação da imprensa nacional e provincial, bem como na descodificação das notícias propagadas nas rádios indonésias. Porém, malgrado a escassez da informação disponível, Anderson e McVey produziram uma análise que escapava à lógica simplificadora da Guerra Fria, tanto no domínio político como no da relação deste com o mundo acadêmico (cf. Chomsky *et al.*, 1997; Simpson, 1998; Leslie, 1993; Robin, 2001). Seu estudo demonstrou a necessidade de um conhecimento da dinâmica histórica e das particularidades da *modernização* societária locais, incluindo fatores de diferenciação étnica e outros relativos aos vários im-

3. Ver Rey (1966) e, ainda, a troca de opiniões no *New York Review of Books* (1º de junho de 1978), na qual Anderson e McVey respondem, em “What happened in Indonesia?”, a uma carta de Francis Galbraith, datada de 9 de fevereiro de 1978; B. Anderson (1987, 2000, 2008). Para o contexto histórico geral, ver Roosa (2006) e McVey (1965).

4. Ver B. Anderson (1965, 1990a). Ver ainda o volume editado por Claire Holt ([1972] 2007), no qual Anderson publicou este ensaio (pp. 1-70), inteiramente dedicado às articulações entre formas culturais, projetos e configurações políticas na Indonésia, incluindo um posfácio de Clifford Geertz (pp. 319-336). Anderson (1990b) reflete sobre Weber e o seu tratamento do carisma, explorando a separação entre dominações carismática e tradicional.

pactos do legado colonial holandês; bem como a importância de mobilizar fatores políticos, identitários e também simbólicos e culturais, tais como as mitologias locais, teatralizadas pelo tradicional e plural *wayang*³. Anderson rebateu, desse modo, os pressupostos das teorias da modernização, celebrando os idiomas, os símbolos e as crenças do particular, expondo-se assim à possibilidade de ser considerado um essencialista culturalista. De qualquer modo, tal como Anderson sublinhou em “The idea of power in Javanese culture”, originalmente publicado em *Culture and politics in Indonesia* (1972), incluído como primeiro capítulo no seu *Language and power: exploring political cultures in Indonesia* (1990), seu objetivo – mais do que enveredar por uma reificação qualquer do local e do cultural – consistiu em demonstrar que “a cultura javanesa tradicional possuía uma teoria política que fornecia explicação lógica e sistemática do comportamento político que era, significativamente, independente das, e que em muitos sentidos se encontrava em profunda oposição às, perspectivas da moderna ciência política” (B. Anderson, 1990a, p. 18). A racionalidade, na história e na cultura política de Java, derivava de um pressuposto crucial: o poder não resultava do humano e era um dado ontológico, não relacional. Como sintetizou, de modo lapidar Ira Katznelson, a propósito das reflexões de Anderson sobre o *carisma* segundo Max Weber, “os ocidentais procuram exercer o poder, os javaneses procuram acumular os seus sinais” (Katznelson, 1991, pp. 12-13)⁴. Contrariando qualquer tipo de essencialismo antropológico, Anderson também procurou pensar o modo como a cultura javanesa tradicional relacionou-se com as lógicas de dominação do poder colonial holandês. Trata-se de uma preocupação que não passou despercebida a um de seus leitores, que sumariou seu argumento do seguinte modo:

[...] a noção de cultura javanesa tradicional não pode formar a base para um discurso sobre o nacionalismo, não só devido à coexistência de um grande número e outras culturas dentro da “nação” terem sido constituídas em discurso nacionalista, mas também pelo fato de a cultura javanesa ter sido identificada com uma elite que perdeu toda a sua legitimidade ao longo de séculos de colaboração com os holandeses” (Kahn, 1992, pp. 651-652).

A noite do levantamento, 30 de setembro de 1965, teria sido escolhida devido à crença, popular em Java, que postulava que nessa data as forças mágicas e poderosas se encontravam ausentes, facilitando assim os propósitos de afirmação de uma cultura coletiva e de um conjunto de interesses supos-

tamente representativos da etnia dominante. A par da sua referida inserção no ambiente académico de Cornell (onde trabalhou com George McTurnan Kahin, diretor do Southeast Asia Program e fundador do Cornell Modern Indonesia Project), o financiamento obtido por uma bolsa do SSRC em 1961 levou-o a analisar a revolução de 1945 na Indonésia. Pôde, então, fazer trabalho de campo na Indonésia entre dezembro de 1961 e abril de 1964. O resultado foi o livro *Java in a time of revolution* (1972), revelador de um conhecimento profundo da história política, econômica e sociocultural da Indonésia. Trata-se de um estudo, de base empírica, centrado na compreensão das dimensões individuais e coletivas dos grupos e das instituições do processo social, de fortes bases culturais, de conquista e legitimação do poder político, após a revolução indonésia. Porém, Anderson acabou por ser banido, durante mais de um quarto de século, daquele imenso país pelo regime de Suharto, logo após a publicação em 1971 da sua proposta de explicação do golpe de Estado (cf. B. Anderson, 1972).

O muito conhecido *Comunidades imaginadas* – com cerca de 20 mil citações no Google até 2011 e cerca de 3 400 000 *links* relacionados⁵ –, obra central na apreciação do fenómeno histórico da formação e transformação das identidades nacionais, não pode ser dissociado do profundo conhecimento que Anderson acumulou do Sudeste Asiático, nem tampouco de uma revisão geral dos preceitos culturais que defendera nas duas décadas anteriores. Como ele próprio reconhece, seu irmão Perry Anderson foi importante no processo, ao questionar sua tendência de afirmar a excepcionalidade do particular e ao confrontar o argumento da “amalgama única” que constituiria a cultura javanesa, presente nos seus trabalhos iniciais. Anos mais tarde, a “tradição” javanesa passava a ser, no essencial, uma “invenção” do século XX, que precisava, para além disso, ser comparada com casos semelhantes. Foi o que sucedeu tanto em *Comunidades imaginadas* como em *The spectre of comparisons* e em *Under three flags* (cf. B. Anderson, 1990a, pp. 9-10, 1998, 2005a).

Quer ao abordar os movimentos nacionalistas europeus, quer ao refletir sobre a imaginação da nação, com base nos projetos políticos da América Latina e do Sudeste Asiático na era das descolonizações, a originalidade de Anderson parece estar no seu duplo distanciamento crítico em relação, por um lado, às inúmeras mitologias nacionais, a começar pelas menos convincentes versões da tese da *naturalidade* e da antiguidade das nações⁶; e, por outro, às doutrinas que diabolizam sua existência histórica e projeção política⁷. Como afirmou Anderson, em Delhi, a 17 de fevereiro de 2012,

5. *Comunidades imaginadas* teve várias reedições, todas elas com acréscimos importantes. Sobre o contexto de produção e de recepção do livro, ver o posfácio em B. Anderson (2006, pp. 207-229). Para uma reapreciação crítica por parte do autor, poucos anos depois de sua obra ter sido publicada, ver B. Anderson (1986, p. 659).

6. Não nos referimos, como é óbvio, aos fascinantes trabalhos de A. D. Smith, Leah Greenfeld ou Josep Llobera, mas sim às escolas *primordialistas* (nas suas variantes, do “nacionalismo orgânico” à sociobiologia de Pierre van den Berghe, passando pelas contribuições de Edward Shils e Clifford Geertz, com seus laços *primordiais*, resistentes às forças da modernização política e sociocultural) e *perennialistas* (de Harold Isaacs e de Joshua Fishman a Walker Connor). Para uma discussão sobre as escolas primordialistas e perennialistas ver, entre muitos outros, Smith (1998, principalmente pp. 145-169). Em geral, ver Smith (1986, 1991, 1999, 2000, 2003, 2004, 2008); Greenfeld (1992, 2001, 2006); Llobera (1994, 2004); Berghe (1978, 1981); Shils (1957); Geertz (1973); Isaacs (1975); Fishman (1972); Connor (1994).

7. Sobre a obra de B. Anderson e o caso português, ver Sobral (2003).

por ocasião do quadragésimo congresso mundial do International Institute of Sociology, seu momento inspirador radicou nas “agonias da descolonização” em Chipre, na Argélia, no Quênia, no Vietnã. De fato, na Hirschman Lecture, intitulada “Era, culture, absence, and comparison”, proferida ao receber o prêmio da SSRC, Anderson sublinhou a importância da vaga global de descolonizações na formação dos seus interesses intelectuais e na emergência das suas preocupações políticas, visíveis desde 1958, quando viajou da Universidade de Cambridge para a de Cornell, para estudar os “mistérios” do “Government”, tendo a Indonésia como observatório. Como já referimos, a bolsa do SSRC permitiu-lhe viver dois anos em Java (1962-1964), durante os quais aproveitou para proceder a uma anatomia do sistema político local, bastante radicalizado e fragmentado, e dos movimentos sociais do processo revolucionário, nacionalista e anticolonial, entre 1945 e 1949⁸.

8. Ver Anderson (2012). Para uma estimulante abordagem regional, ver Berger (2003); Frey, Pruessen e Tan (2003).

A década seguinte levou-o a estudar o nacionalismo. Para isso, beneficiou-se, como ele mesmo indica, da atmosfera de debate intelectual particularmente estimulante que marcava a academia no Reino Unido, a qual era promovida por pensadores como Eric Hobsbawm, Ernest Gellner, Anthony D. Smith, Elie Kedourie e Tom Nairn. Como salienta em “Era, culture, absence, and comparison”, foi aliás por causa dessas disputas que decidiu embarcar na viagem que o conduziu a *Comunidades imaginadas*, procurando contudo inserir no mesmo debate uma dimensão que lhe parecia estar ausente – a do nacionalismo anticolonial – e promover um olhar “histórico global e comparativo”, caracterizado pelo privilégio das “comparações negativas” (desvalorizadas, ou dificilmente apreendidas, pela ciência política). Para isso, assumiu como guia a metáfora do “telescópio invertido” de José Rizal em *Noli me tangere* (cf. B. Anderson, 1998, p. 2), escritor que é objeto de uma análise aprofundada em *Under three flags* (juntamente com Isabelo de los Reyes, autor de *El Folk-lore filipino*), enquanto autor de *El filibusterismo*, publicado em Ghent no ano de 1891. *El filibusterismo* foi considerado por Anderson como o primeiro “romance anticolonial incendiário, escrito por um súdito colonial fora da Europa” (B. Anderson, 2005, p. 6). No primeiro caso, o saber acumulado em Java e no estudo dos movimentos de independência do Sudeste Asiático revelou-se fundamental. No segundo, o fechamento na “amálgama única” foi dificultado por sua proibição de entrar na Indonésia de Suharto, tendo sido, uma vez mais, questionado pelo irmão, cujas perspectivas macro-históricas foram sempre enquadradas pelo princípio comparativo, na linha da mais fascinante e estimulante sociologia histórica (B. Anderson, 2012; P. Anderson, 1974a, 1974b; Fulbrook e Skocpol, 1984)⁹.

9. A referência a José Rizal e à importância da metáfora surge em B. Anderson (1998, p. 2). A citação a caracterizar *El filibusterismo* está em B. Anderson (2005, p. 6).

Segundo Pheng Cheah, Anderson concebeu em *The spectre of comparisons* a comparação como “um inevitável elemento constitutivo do nacionalismo”, introduzindo na sua análise a projeção espacial da imaginação da nação (cf. Cheah, 1999, p. 9)¹⁰. As operações de “classificação” (a produção de grades de categorização e enumeração que possibilita o exercício do poder e da autoridade do Estado) e de “serialização” (a atribuição de universalidade, sentido ontológico e existencial às categorias produzidas pela classificação: etnias, raças, culturas, costumes, crenças de vária ordem etc.), assim como as de redução do espaço político e da nação a logotipos (*logoization*) por via dos mapas e da *museificação* das genealogias da identidade nacional – processos que Anderson explora no capítulo “Censo, mapa, museu”, inserido apenas na segunda edição de *Comunidades imaginadas* e essencialmente baseado no conhecimento do Sudeste Asiático¹¹ – não só sustentam a criação da gramática identitária nacional, como possibilitam a diferenciação das formações nacionais, exigindo que o estudo do nacionalismo seja necessariamente comparativo e histórico (cf. Lomnitz, 2001; Chasteen e Castro-Klaren, 2003; Hamilton, 2006).

Este é um dos argumentos centrais que Anderson desenvolve em *The spectre of comparisons* e em *Under three flags*, aprofundando algumas de suas próprias categorias e análises, como sucede com a distinção entre modalidades, *bound* e *unbound*, de “serialização”: as primeiras promovidas pelas práticas de regulação do Estado (por exemplo os recenseamentos e os sistemas eleitorais modernos), práticas que correspondem a lógicas políticas de reprodução social, econômica e étnica; as segundas emergentes das variadas formas populares, vindas de baixo, associadas ao mercado do impresso, o capitalismo impresso, dos jornais aos romances, entre outras tecnologias da representação (cf. Eisenstein, 1968, 1979)¹². Ambas são fundamentais para a construção de uma “imagem da comunhão” (a concepção da “profunda e horizontal camaradagem” que oblitera evidentes desigualdades de pertença e propriedade) que preside à imaginação da comunidade política que é a nação (que substitui, ou se sobrepõe, a outras formas de imaginação, da comunidade religiosa ao reino dinástico), como o próprio Anderson determina em *Comunidades imaginadas* (cf. B. Anderson, 1983, pp. 15-16, 1990c, 1998, pp. 29-45). Contudo, para o autor, as primeiras formas de “serialização” constituem os instrumentos por excelência das políticas étnicas promovidas pelas instâncias oficiais, enquanto as segundas correspondem a formas de ação política revolucionárias, patrióticas e nacionalistas, e possuem um potencial emancipador relevante. Ora, essa distinção entre política do nacionalismo e política da etnicidade

10. O número especial de *Diacritics* que contém o texto de Cheah foi posteriormente editado em livro (cf. Cheah e Culler, 2003), com a adição de alguns textos importantes, como o de Ernesto Laclau, “On imagined communities” (pp. 21-28), e um de Anderson, que responde às críticas (“Responses”, pp. 225-246). Ver ainda B. Anderson (2004).

11. Na edição de 1991, Anderson corrige o que considerou serem “duas falhas teóricas sérias” da primeira edição. A primeira dizia respeito à análise “demasiado simplificada” da formação dos nacionalismos do “terceiro mundo” oferecida pelo sétimo capítulo (“The last wave”) e, mais em particular, à não inclusão de uma dimensão *periférica* na análise da sua formação, ou seja, ao obscurimento do papel do Estado colonial no condicionamento da sua manifestação histórica. Adicionou assim o capítulo “Census, map, museum”. A segunda dizia respeito à inexistência de uma explicação sólida do modo como as novas nações imaginavam a sua ancestralidade, por isso adicionou o capítulo “Memory and forgetting” (cf. B. Anderson, [1983] 1991, pp. xiii-xiv).

12. A noção de “capitalismo impresso” é devedora da obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1958).

13. Atente-se na lista de aspectos que valorizam o nacionalismo, que Anderson formula no final de *The spectre of comparisons*, ou nas frases que proferiu numa entrevista em Oslo (em 2005) conduzida por Thomas Hylland Eriksen: “De fato, eu acho que o nacionalismo pode ser uma ideologia bastante atraente. Aprecio seus elementos utópicos [...]. O nacionalismo encoraja bons comportamentos” (B. Anderson, 2005b). Para o processo de valorização do nacionalismo, ver o texto de Wollman e Spencer (2007).

14. Para o nacionalismo de longa distância, ver a Wertheim Lecture de 1992 (cf. B. Anderson, 1992).

15. Para os debates relativos ao marxismo e à questão nacional, ver Haupt, Lowy e Weil ((1974) 1997); Vilar (1979); Davis (1978); Szporluk (1988); James (1996, principalmente pp. 103-122).

que Anderson desenvolve em *The spectre of comparisons*, e que visa resgatar o nacionalismo dos processos de crítica radical que apontamos anteriormente, é bastante problemática¹³. O mesmo sucede com o modo como Anderson reduz o “nacionalismo de longa distância”, ou etnonacionalismo de diáspora, a um projeto de *etnicidade-em-exílio*, que procura transformar um Estado-nação num Estado-étnico¹⁴.

Parece evidente que a trajetória biográfica de Anderson é relevante para recuperar a genealogia do seu pensamento, nomeadamente a forma como o intérprete de processos históricos se relaciona com a imaginação do homem político. Ao mesmo tempo que discorre sobre o poder da imaginação como princípio da ação humana, recorrendo a diversos exemplos históricos, Anderson também imagina o nacionalismo, tal como o fizeram alguns dos atores históricos que investigou. Se, por um lado, o fenômeno responde a dinâmicas particulares, em períodos e regiões diferentes, podendo por isso mesmo ser considerado contingente e relativo, por outro lado Anderson atribui-lhe um caráter programático, como possível modelo de imaginação política de uma nova sociedade. Ora, é essa dimensão – moral ou, mais propriamente, política – que se constitui numa espécie de metadiscurso que atravessa *Comunidades imaginadas*.

Obra de um autor inserido no meio intelectual marxista, *Comunidades imaginadas* mantém uma relação tensa com o marxismo. A ruptura com uma concepção marxista do nacionalismo – que o encarava como uma ideologia, ou seja, uma anomalia ou uma mascarada produtora de uma falsa consciência – é feita em benefício de uma visão política do mundo, capaz de reformular os termos de um desejo de mudança. Nas origens dessa concepção, encontra-se o já referido Tom Nairn, que desencadeou, desde 1975, uma acesa controvérsia em torno das consequências morais e políticas do nacionalismo. Como Anderson sublinha, tratava-se de uma disputa em torno das capacidades explicativas das teorias marxistas em relação ao fenômeno nacionalista. Em desacordo com Hobsbawm, que criticou de forma severa Nairn, Anderson apoiou este último e a sua denúncia de que “a teoria do nacionalismo representa o grande erro histórico do marxismo”, embora achasse mais correto dizer que o nacionalismo significava uma “desconfortável anomalia” para a teoria marxista (cf. Nairn, 1975, p. 3; B. Anderson, 1983, p. 13; Hobsbawm, 1977)¹⁵. Anderson notou, também, que todas as

revoluções a seguir à Segunda Guerra Mundial foram nacionalistas, mesmo as marxistas. Fascinado pelas lutas anticoloniais, nas quais o nacionalismo surgia como a força de transformação que antecipava a possibilidade de uma nova comunidade, Anderson apercebeu-se de que interessava estimar a sua dimensão utópica. Seu interesse pelos nacionalistas da América Latina, os chamados “pioneiros crioulos”, justificava-se pelo modo como a imaginação de uma comunidade não tinha necessariamente que recorrer a um passado mítico, a uma cultura ancestral e a uma língua distinta; pelo contrário, baseava-se num projeto cívico, inspirado no Iluminismo e imaginado por uma elite administrativa, que o capitalismo impresso do jornal e do livro disseminara por grupos mais vastos da população. O “tempo homogêneo e vazio”, expressão que Anderson encontrou em Walter Benjamin, permitiu impor uma nova narrativa do mundo, um projeto partilhado por uma comunidade afetiva, um outro tempo capaz de romper com uma trajetória histórica predefinida.

Não é, pois, por acaso ter Anderson reconhecido que seu pensamento sobre o nacionalismo tenha se inspirado nas obras de Walter Benjamin, de Victor Turner e de Erich Auerbach. Trata-se de um elenco que sugere uma mistura original de autores que servem de base à formulação de uma teoria sobre o nacionalismo, ao mesmo tempo em que sugerem a existência de uma relação entre o caráter analítico e programático da sua proposta¹⁶. Auerbach, judeu alemão, foi um filólogo e crítico literário, exilado na Turquia durante o regime nacional-socialista, veio a ser professor nos Estados Unidos, primeiro na Penn State University e, a partir de 1950, em Yale. Anderson interessa-se pela interpretação de Auerbach, em *Mimesis*, acerca da renovação das formas da representação presentes na leitura religiosa do humanismo europeu. Estas impuseram a ideia de uma perspectiva histórica que lia o passado, o presente e o futuro a partir de uma noção de progresso, criando uma nova consciência cuja lógica se assemelhava ao “tempo messiânico” de que falou Benjamin. Numa outra passagem, Anderson cita Auerbach, quando este alude ao modo como os franceses, no tempo de Luís XIV, criaram uma narrativa do progresso europeu baseada em seu modelo cultural, um novo tempo nacional. Não obstante a inspiração benjaminiana, o lado utópico que Anderson encontrava na narrativa do nacionalismo contrastava com a descrença de Benjamin, marcado pelo contexto da ascensão nazi, nas narrativas do progresso e nas concepções lineares da história, inclusive do materialismo histórico (cf. Benjamin, 1992)¹⁷. Quanto ao antropólogo inglês Victor Turner, Anderson utiliza-o explicitamente quando, ao tratar

16. Dos três autores, Anderson cita, respectivamente, Benjamin (1973); Turner (1967, 1974); Auerbach ([1953] 1957).

17. Sobre a contradição entre Anderson e Benjamin, ver Wollman e Spencer (2007, p. 11).

da construção nacional na América Latina, menciona o modo como as unidades administrativas podem transformar-se em fontes de significado e partilha emocional. O conjunto de processos administrativos, que incluem a ação de instituições, a criação de leis e estatutos e os movimentos diversos dentro desses espaços, proporcionados pela maior mobilidade concedida pelos transportes e comunicações, ajuda a delinear uma consciência coletiva. Nesse sentido, o processo político, nomeadamente o Estado moderno, surge como um eixo fundamental da construção de uma nova comunidade. Parece evidente, porém, que a análise simbólica de Turner terá influenciado Anderson de forma mais transversal. A ideia de partilha afetiva e emocional, de camaradagem horizontal, tem ligações com o conceito de *communitas* explorado pelo antropólogo inglês e descrito como “um essencial e genérico elo humano, sem o qual a sociedade não pode existir”. Mais relevante, a *communitas*, no sentido de Turner, tem características antiestruturais e transitórias, no sentido de poder criar a sua própria estrutura como alternativa a uma estrutura dominante. Assim, tanto o nacionalismo dos pioneiros crioulos na América Latina, como o anticolonialismo nacionalista de meados do século XX, no chamado terceiro mundo, continham um movimento fundador de uma comunidade alternativa e revelavam como é que o nacionalismo podia constituir-se num novo mundo (cf. Smith, 2010, p. 18).

Essas inspirações de Anderson distanciam-no do marxismo, no sentido mais canônico do termo, enquanto visão do mundo, embora não caiam fora do marxismo enquanto espaço da discussão do futuro da história. A questão fundamental em jogo aqui é a da autonomia da esfera da cultura e dos valores, da dimensão simbólica como motivo da ação humana. No entanto, será injusto considerar que Anderson não relaciona a base econômica da sociedade com a esfera cultural e simbólica, onde parece situar o nacionalismo (cf. Stokes, 1986)¹⁸. Aliás, o autor confere grande importância ao capitalismo como fator de explicação da hegemonia das línguas nacionais, simultaneamente os idiomas indispensáveis à criação de um espaço econômico comum. Nesse sentido, o argumento de Anderson pode aproximar-se do de Karl Polanyi, quanto à preeminência do mercado no processo de construção nacional, como instigador de relações e interdependências para o desenvolvimento das quais era fundamental a existência de formas de comunicação e contato (cf. Polanyi, 2012)¹⁹. Quanto às relações conflituais entre classes, é um tema presente na explicação das imaginações nacionais. No caso dos “pioneiros crioulos”, trata-se da luta entre uma aristocracia colonial e uma elite crioula com posições na administração. Quase sempre é conferido a uma elite, de proveniência de

18. Stokes inclui Anderson em uma tradição neomarxista.

19. Essa ideia é muito similar à desenvolvida por Deutsch ([1953] 1966).

classe diversa, o trabalho de imaginar e de inscrever essa imaginação por intermédio do aparelho de Estado. Como dimensão utópica e cívica, o nacionalismo parece ser imaginado por uma nova classe transformadora, uma classe de líderes, sul-americanos, asiáticos, africanos, letrados e com um projeto de unificação nacional. Os valores de um internacionalismo de classe, longe de serem representados por um proletariado global, parecem desenvolver-se no espaço nacional, transformado no lugar do universal.

Porém, o vínculo mais direto entre capitalismo e imaginação nacional, em *Comunidades imaginadas*, encontra-se na questão do capitalismo impresso: o capitalismo dos editores e dos donos dos jornais, que se iniciou pela relação entre a formação de um mercado de leitores e o proselitismo protestante²⁰. Um dos aspectos relevantes da influência do capitalismo impresso sobre a imaginação nacional é o fato de esse efeito nacionalista não decorrer da intencionalidade dos detentores dos meios de produção, mas de um processo de consequências inesperadas. Há um efeito singular da mercadoria, neste caso da mercadoria impressa, que lhe confere uma autonomia cultural. Também Norbert Elias atribuiu características semelhantes a fenômenos decorrentes da mesma configuração social, como por exemplo os processos de industrialização e desportivização, os quais, apesar de terem partilhado características comuns, se desenvolveram através de linhas de racionalidade específicas (cf. Elias, 1992, p. 192). Em *Comunidades imaginadas*, Anderson explica de que modo a expansão da imaginação nacional foi o resultado imprevisível de uma conjugação de fatores, em que se associaram a interação de um sistema capitalista de relações produtivas, a tecnologia das comunicações impressas e a inevitável diversidade linguística. Resultado dessa interação entre fatores de proveniência diversa, a comunidade imaginada que daí adveio não pode ser considerada a criação linear de interesses econômicos, do liberalismo ou do Iluminismo.

O que Anderson propõe é que uma forma de capitalismo específica criou o meio técnico para produzir, a uma enorme escala, um artefato cultural, nacionalista, que ganhou autonomia diante das relações econômicas. Assim, se é injusto considerar que Anderson se separa de uma análise das relações sociais e econômicas enquanto base da explicação histórica, é verdade que sua proposta defende a autonomia da cultura concebida como base da ação humana. O mercado de leitores consumiu o tempo nacional e integrou-o nas suas formas de ver e agir sobre o mundo, gerando uma cultura comum. A relação entre imaginação e um mercado nacional mediático levanta questões quanto à possibilidade de esse mercado facultar imaginações comunitárias

20. Para uma discussão aplicada ao caso português, ver Curto (2006) e Brasão *et al.* (2009).

localizadas fora da esfera nacional, o que poderia incluir imaginações situadas em uma escala espacial mais baixa, locais, regionais, ou mais ampla, internacionais ou globais. Mas, para Anderson, parecia faltar a outras comunidades imagináveis o potencial utópico que a nação comportava. Tal como se o nacionalismo tivesse acabado por ser o veículo que o marxismo político nunca teve, que lhe garantia uma dimensão afetiva e comunitária que só a religião ou o parentesco pareciam deter, anunciando o advento de uma “profunda camaradagem horizontal”, igualitária. Talvez, por isso mesmo, Anderson atribua, ainda hoje, um enorme potencial ao nacionalismo enquanto estrutura de relações sociais e sentido da ação humana, mesmo diante da lógica de processos de globalização que, em nível cultural, se expandem, já não pelo capitalismo impresso, mas por intermédio de novos meios de comunicação, “lugares” de construção de comunidades de partilha onde o elemento nacional é, em muitos casos, marginalizado (cf. Appadurai, 1996; Hannerz, 1996).

Como já foi referido, a tensão entre um Anderson analítico e um Anderson programático sente-se em diversos aspectos de *Comunidades imaginadas*. Na análise dos vários tipos de nacionalismo, o autor revela o modo como o fenômeno nacional estava incrustado no processo social. Assim, distinguiu o nacionalismo dos “pioneiros crioulos” do nacionalismo europeu que se lhe seguiu, baseado numa cultura sedimentada desde os tempos pré-modernos; diferenciou, igualmente, o chamado nacionalismo oficial, de tendência imperialista e discriminatória, que vingou a partir de meados do século XIX na Rússia, na Inglaterra e no Japão, da última vaga dos nacionalismos, anticoloniais, que as elites letradas das colônias importaram da Europa como repertório de luta política nacional e de imaginação comunitária. Na segunda edição revista deste livro, no já referido capítulo “Censo, mapa e museu”, tratou de definir melhor o nacionalismo anticolonial, acrescentando à canibalização da ideia nacional as formas de classificação criadas pelo Estado colonial e por seu aparato institucional.

Porém, ao mesmo tempo que empreende uma verdadeira sociologia histórica da origem dos nacionalismos, Anderson procura encontrar-lhe uma ontologia, um tipo ideal com características singulares não assimiláveis a outros fenômenos sociais. É assim que distingue o nacionalismo das manifestações às quais surge inúmeras vezes ligado, como o racismo e a xenofobia. No capítulo “Patriotismo e racismo”, separa o racismo, vinculado a uma ideologia de classe fraturante, do nacionalismo inclusivo, no sentido de se constituir como uma comunidade de destino na qual o ódio tem um papel

marginal. A tentativa de separar nacionalismo de racismo a partir de uma definição conceitual é um exercício escolástico e pouco convincente que a sua própria análise do chamado “nacionalismo oficial” parece contrariar. A defesa de um nacionalismo paradigmático, retirado das suas apropriações históricas, parece visar à dimensão utópica das suas respectivas experiências cívicas e cosmopolitas. Em *Under three flags*, Anderson traça o percurso desse nacionalismo cosmopolita, influenciado por movimentos políticos organizados internacionalmente, cujas ideias se encontravam globalizadas e projetadas pelo mundo (da revolução nacionalista cubana de 1895 à filipina, no ano seguinte), devido à revolução dos transportes e das comunicações (os sistemas postais, as redes de estradas de ferro). Contra a visão de um nacionalismo paroquial, sustentado na produção ideológica dos Estados nacionais, Anderson reforça a imagem de um internacionalismo nacionalista, cívico, liderado por uma *intelligentsia* letrada.

Ao reforçar a importância da imaginação como fator de produção da realidade, *Comunidades imaginadas* tornou-se uma inspiração fundamental para investigações em ciências sociais e nas humanidades centradas na ideia de “representação” da nação como elemento de construção da realidade. A imaginação explora as possibilidades conferidas por um universo cultural e simbólico. Expõe-se a força da cultura como “visão do mundo”, mas também enquanto espaço de lutas políticas. A relação entre esse “artefato cultural” e as estruturas da sociedade a partir das quais os indivíduos imaginam suas formas de viver associado tem suscitado um conjunto de questões. Porém, a crítica à obra de Anderson feita por Partha Chatterjee sugere que sua análise decorre de uma generalização ocidental que não leva em conta outros processos de imaginar a nação, nos quais se recorre a meios não relacionados com o Estado colonial (cf. Chatterjee, 1995, principalmente pp. 3-12, 1999). Outras formas de incrustar a imaginação são passíveis de ser realizadas, nomeadamente as que relacionam a imaginação nacional com uma condição social. Ou seja, importa considerar os exercícios que fragmentam a própria ideia de “imaginação nacional”, remetendo para a existência de múltiplas formas de imaginar que não se encontram sujeitas a uma estrutura cultural e simbólica uniforme, mas a uma lógica prática, a um sistema de categorizações e classificações que, criando um evidente efeito de realidade, se articula com uma determinada existência social. Qual é, por exemplo, o lugar da aspiração econômica e material no modo como os indivíduos imaginam o projeto nacional? É possível generalizar, no que respeita ao modo como afeta a interpretação do mundo e as práticas quotidianas, uma concepção de imaginação cuja origem se encon-

tra nas representações de uma elite letrada e cosmopolita, independentemente do valor político dessa imaginação? A resposta dependerá do modo como métodos e fontes permitem localizar não só os discursos dos indivíduos, mas também suas práticas, rompendo com a ideia de tomar a opinião, manifesta em discursos ou grandes sondagens comparativas, como o único modo de projeção da realidade. Noutro sentido, o poder das representações de criar realidades obriga à enunciação das lutas que estiveram na base da hegemonia de umas representações sobre outras, revelando a sua contingência. É nessas lutas que Anderson também participa, ao procurar salvar o aspecto emancipador do projeto nacionalista, mostrando a consistência das suas experiências históricas concretas.

A ideia simplificada de que o nacionalismo se assume como uma representação, como uma forma de consciência, como uma visão do mundo e de projeção da vida, animou um conjunto vasto de análises. Foi aqui, porventura, que Anderson perdeu o controle sobre sua própria obra. *Comunidades imaginadas*, mais do que um livro ou um modo de análise, tornou-se num conceito com enorme poder evocativo. O problema é que o poder dessa evocação, como forma de leitura do mundo, redundou muitas vezes numa banalização do seu significado. É por isso que é urgente voltar a reconstituí-lo, na sua densidade analítica, através de uma leitura atenta ao seu contexto de pertinência e às intenções do seu autor, repetidas ao longo de uma carreira intensa de intelectual comprometido.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict R. (1965), *Mythology and the tolerance of the Javanese*. Ithaca/ Nova York, Cornell University, Modern Indonesia Project, Southeast Asia Program, Department of Asian Studies.
- . (1972), *Java in a time of revolution: occupation and resistance, 1944-1946*. Ithaca, Cornell University Press.
- . (1983), *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/Nova York, Verso.
- . (1986), “Narrating the Nation”. *Times Literary Supplement*, 13 jun.
- . (1987), “How did the generals die”. *Indonesia*, 43: 109-134.
- . (1990a), “The idea of power in Javanese culture”. In: ———. *Language and power: exploring political cultures in Indonesia*. Ithaca, Cornell University Press.
- . (1990b), “Further adventures of charisma”. In: ———. *Language and power*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 78-93.

- . (1990c), “Old State, new society: Indonesia’s new order in comparative historical perspective”. In: ———. *Language and power*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 94-120.
- . (1991), “Preface to the second edition”. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/Nova York, Verso, pp. xiii-xiv.
- . (1992), “Long-distance nationalism: world capitalism and the rise of identity politics”. Working paper. Centre for Asian Studies Amsterdam.
- . (1998), *The spectre of comparisons: nationalism, Southeast Asia, and the world*. Londres, Verso.
- . (2000), “Petrus Dadi Ratu”. *New Left Review*, 3: 7-15.
- . (2004), “The Rooster’s Egg: pioneering world folklore in the Philippines”. In: PRENDERGAST, Christopher (org.). *Debating world literature*. Londres, Verso, pp. 197-213.
- . (2005a), *Under three flags: anarchism and the anti-colonial imagination*. Londres, Verso.
- . (2005b), Entrevista concedida a Thomas Hylland Eriksen. Disponível em <<https://www.uio.no/english/research/interfaculty-research-areas/culcom/news/2005/anderson.html/>>.
- . (2006), “Travel and traffic: on the geo-biography of *Imagined communities*”. In: ———. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/Nova York, Verso, pp. 207-229.
- . (2008), “Exit Suharto: obituary for a mediocre tyrant”. *New Left Review*, 50: 27-59.
- . (2012), “Era, culture, absence, and comparison”. Disponível em <<http://www.ssrc.org/pages/Hirschman-Lecture-Era-Culture-Absence-and-Comparison/>>.
- ANDERSON, Benedict R. *et al.* (eds.). (1966), “Selected documents relating to the September 30th Movement and its epilogue”. *Indonesia*, 1: 131-205.
- ANDERSON, Benedict R. & McVEY, Ruth T. (1971). *A preliminary analysis of the 1 October 1965, Coup in Indonesia*. Colaboração de Frederick Bunnell. Ithaca/Nova York, Interim Reports Series, Cornell Modern Indonesia Project.
- ANDERSON, Perry. (1974a), *Passages from antiquity to feudalism*. Londres, New Left Books.
- . (1974b), *Lineages of the absolutist State*. Londres, New Left Books.
- APPADURAI, Arjun. (1996), *Dimensões culturais da globalização*. Tradução de Telma Costa. Lisboa, Teorema.
- AUERBACH, Erich. (1957), *Mimesis: the representation of reality in Western literature*. 1ª edição 1953. Nova York, Doubleday Anchor.
- . (2003), *Mimesis: the representation of reality in Western literature*. 1ª edição 1953. Introdução de E. Said. Princeton, Princeton University Press.

- BENJAMIN, Walter. (1973), *Illuminations*. Londres, Fontana.
- _____. (1992), “Teses sobre a filosofia da história”. In: _____. *Sobre a arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa, Relógio d’Água, pp. 157-170.
- BERGER, Mark T. (2003), *The battle for Asia: from decolonization to globalization*. Londres, Routledge.
- BERGHE, Pierre van den. (1978), “Race and ethnicity: a sociobiological perspective”. *Ethnic and Racial Studies*, 1 (4): 401-411.
- _____. (1981), *The ethnic phenomenon*. Nova York, Elsevier.
- BLUSSÉ, Leonard & GAASTRA, Femme S. (orgs.). (1998), *On the Eighteenth Century in Asian history: Van Leur in retrospect*. Aldershot, Ashgate.
- BOXER, Charles R. (1979), “On the Eighteenth Century as a Category of Indonesian history: a reconsideration of J. C. van Leur”. *Documentatieblad Werkgroep 18e-eeuw*, Amsterdã, 41-42, pp. 4-16, fevereiro [*Opera minora*, vol. III. Lisboa, Fundação Oriente, 2002].
- BRASÃO, Inês et al. (2009). *Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa, Colibri.
- CALHOUN, Craig. (1993), “Nationalism and ethnicity”. *Annual Review of Sociology*, 19: 211-239.
- CHABOD, Federico. (1995), *Storia dell’idea d’Europa*. 1ª edição 1961. Org. de E. Sestan e A. Saitta. Bari, Laterza.
- _____. (2008), *L’idea di nazione*. Org. de Armando Saitta e Ernesto Sestan. Bari, Laterza.
- CHASTEEN, John Charles & CASTRO-KLAREN, Sarah (orgs.). (2003), *Beyond imagined communities: reading and writing the Nation in 19th century Latin America*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- CHATTERJEE, Partha. (1995), *The Nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. 1ª edição 1993. Nova Deli, Oxford University.
- _____. (1999), “Anderson’s utopia”. *Diacritics*, 29 (4): 128-134.
- CHEAH, Pheng. (1999), “Grounds of comparison”. In: CHEAH, Pheng & CULLER, Jonathan (orgs.). *Grounds of comparison: around the work of Benedict Anderson*, número especial de *Diacritics*, 29 (4).
- CHEAH, Pheng & CULLER, Jonathan (orgs.). (2003), *Grounds of comparison: around the work of Benedict Anderson*. Nova York, Routledge.
- CHOMSKY, Noam et al. (orgs.). (1997), *The Cold War and the university: toward an intellectual history of the postwar years*. Nova York, The New Press.
- CONNOR, Walker. (1994), *Ethno-nationalism: the quest for understanding*. Princeton, Princeton University Press.
- CURTIUS, Ernst. (1953), *European literature and the Latin Middle Ages*. Londres, Routledge & Kegan Paul.

- CURTO, Diogo Ramada (org.). (2006), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DAVIS, Horace B. (1978), *Toward a marxist theory of nationalism*. Nova York, Monthly Review Press.
- DEUTSCH, Karl W. (1966), *Nationalism and social communication: an inquiry into the foundations of nationality*. 1ª edição 1953. Nova York/Londres, MIT Press/John Wiley & Sons.
- D'ORNELAS, Ayres. (1914), *As doutrinas políticas de Charles Maurras*. Lisboa, Livraria Portugal.
- DURKHEIM, E. (1968), *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*. 1ª edição 1912. Paris, PUF.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. (1968), "Some conjectures about the impact of printing on Western society and thought: a preliminary report". *Journal of Modern History*, 40 (1): 1-56, mar.
- . (1979), *The printing press as an agent of change: communications and cultural transformations in early modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 2 vols.
- ELIAS, Norbert. (1992), *A busca da excitação*. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa, Difel.
- FEBVRE, Lucien. (1996), *"Honneur et patrie": une enquête sur le sentiment d'honneur et l'attachement à la patrie*. Organização de Thérèse Charmasson e Brigitte Mazon, prefácio de Charles Morazé. Paris, Perrin.
- . (1999), *L'Europe: genèse d'une civilisation*. Organização de Thérèse Charmasson e Brigitte Mazon, prefácio de Marc Ferro. Paris, Perrin.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. (1958), *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, Bibliothèque de l'Évolution de l'Humanité.
- FISHMAN, Joshua. (1972), *Language and nationalism: two integrative essays*. Rowley, Mass., Newbury House.
- FREY, Marc, PRUETTEN, Ronald W. & TAN, Tai Yong (orgs.). (2003), *The transformation of Southeast Asia: international perspectives on decolonization*. Armonk, M. E. Sharpe.
- FREYRE, Gilberto. (1933), *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt.
- FULBROOK, M. & SKOCPOL, T. (1984), "Destined Pathways: the historical sociology of Perry Anderson". In: SKOCPOL, T. (org.). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 170-210.
- GEERTZ, Clifford. (1973), *The interpretation of cultures*. Nova York, Free Press.
- GREENFELD, Leah. (1992), *Nationalism: five roads to modernity*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

- . (2001), *The spirit of capitalism: nationalism and economic growth*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- . (2006), *Nationalism and the mind: essays on modern culture*. Oxford, Oneworld.
- HAMILTON, Mark. (2006), “New imaginings: the legacy of Benedict Anderson and alternative engagements of nationalism”. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, 6 (3): 73-89.
- HANNERZ, Ulf. (1996), *Transnational connections: culture, people, places*. Londres, Routledge.
- HAUPT, Georges, LOWY, Michel & WEIL, Claudie. (1997), *Les marxistes et la question nationale 1848-1914*. 1ª edição 1974. Paris, Harmattan.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1997a), *As paixões e os interesses. Argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*. Tradução de Teresa Mouzinho. Lisboa, Bizâncio.
- . (1997b), *O pensamento conservador: perversidade, futilidade e risco*. “Nota de apresentação” de Diogo Ramada Curto, tradução de Rui Branco. Lisboa, Difel.
- HOBBSAWM, Eric. (1977), “Some reflections on *The break-up of Britain*”. *New Left Review*, 105 (1): 3-23.
- HOLT, Claire (org.). (2007), *Culture and politics in Indonesia*. 1ª edição 1972. Jakarta, Equinox.
- ISAACS, Harold. (1975), *The idols of the tribe*. Nova York, Harper.
- JAMES, Paul. (1996), *Nation formation: towards a theory of abstract community*. Londres, Sage.
- KAHN, Joel S. (1992), Resenha a B. Anderson, *Language and power: exploring political culture in Indonesia* (Ithaca, Cornell University Press, 1990). *Man*, 27 (3): 651-652.
- KATZNELSON, Ira. (1991), “Hitler in Jakarta”. *London Review of Books*, 13 (21).
- KOHN, Hans. (1945), *The idea of nationalism: a study in its origins and background*. 1ª edição 1944. Nova York, The Macmillan Company.
- LEAL, João. (2006), *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, transições*. Lisboa, Livros Horizonte.
- LESLIE, Stuart W. (1993), *The Cold War and American science: the military-industrial-academic complex at MIT and Stanford*. Nova York, Columbia University Press.
- LEUR, Jacob Cornelis van. (1955), *Indonesian trade and society: essays in Asian social and economic history*. Haia, W. Van Hoeve.
- LLOBERA, Josep. (1994), *The God of modernity: the development of nationalism in Western Europe*. Oxford, Berg.
- . (2004), *Foundations of national identity: from catalonia to Europe*. Nova York, Berghahn Books.
- LOMNITZ, Claudio. (2001), “Nationalism as a practical system: Benedict Anderson’s theory of nationalism from the vantage point of Spanish America”. In: ———.

- Deep Mexico, silent Mexico: an anthropology of nationalism*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- LUKÁCS, György. (1978), *The theory of the novel: a historical-philosophical essay on the forms of great epic literature*. 1ª edição 1916. Londres, Merlin Press.
- . (1981), *The historical novel*. 1ª edição 1937. Harmondsworth, Penguin.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. (1981), *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 1ª edição 1928. Lima, Biblioteca Amauta.
- MATOS, Sérgio Campos. (1998), *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa, Colibri.
- MCVEY, Ruth T. (1965), *The rise of Indonesian communism*. Ithaca, Cornell University Press.
- MOORE Jr., Barrington. (2010), *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa, Edições 70.
- NAIRN, Tom. (1975), “The modern Janus”. *New Left Review*, 94.
- ORTEGA Y GASSET, J. (1922), *España invertebrada*. 2. ed. Madrid, Calpe.
- ORTIZ, Fernando. (2002), *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar (Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación)*. 1ª edição 1940. Prefácio de Bronislaw Malinowski, organização de Enrico Mario Santí. Madrid, Cátedra.
- PANIKKAR, Kavalam Madhava. (1953), *Asia and Western dominance: a survey of Vasco da Gama epoch of Asian history, 1498-1945*. Londres, George Allen & Unwin.
- PESSOA, Fernando. (1928), *O interregno: defesa e justificação da ditadura militar em Portugal*. Lisboa, Núcleo de Acção Nacional.
- . (1978a), *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*. Introdução de Joel Serrão. Lisboa, Ática.
- . (1978b), *Da república (1910-1935)*. Introdução de Joel Serrão. Lisboa, Ática.
- . (1980), “Da Ibéria e do iberismo”. In: ———. *Ultimatum e páginas de sociologia política*. Introdução de Joel Serrão. Lisboa, Ática, pp. 159-195.
- . (2011), *Associações secretas e outros escritos*. Organização de José Barreto. Lisboa, Ática.
- PIRENNE, Henri. (1927), *Les villes du Moyen Age, essai d'histoire économique et sociale*. Bruxelas, M. Lamertin.
- . (1936), *Histoire de l'Europe des invasions au XVIIe siècle*. Paris, Félix Alcan.
- . (1937), *Mahomet et charlemagne*. 3. ed. Paris, Félix Alcan.
- . (1939), *Les villes et les institutions urbaines*. Paris, Félix Alcan, 2 vols.
- POLANYI, Karl. (2012), *A grande transformação*. Lisboa, Edições 70.
- REY, Lucien. (1966), “Dossier of the Indonesian drama”. *New Left Review*, 36 (1): 26-40.
- RICOEUR, Paul. (1983-1985), *Temps et récit*. Paris, Éditions du Seuil, 3 vols.

- ROBIN, Ron. (2001), *Making the Cold War enemy: culture and politics in the military-intellectual complex*. Princeton, Princeton University Press.
- ROOSA, John. (2006), *Pretext for mass murder: the September 30th Movement & Suharto's Coup d'État in Indonesia*. Madison, University of Wisconsin Press.
- SHILS, Edward. (1957), "Primordial, personal, sacred and civic ties". *British Journal of Sociology*, 7: 13-45.
- SIMPSON, Christopher (org.). (1998), *Universities and empire: money and politics in the social sciences during the Cold War*. Nova York, The New Press.
- SMITH, A. D. (1986), *The ethnic origins of nations*. Oxford, Blackwell.
- . (1991), *National identity*. Las Vegas, University of Nevada Press.
- . (1998), *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. Londres/Nova York, Routledge.
- . (1999), *Myths and memories of the nation*. Oxford, Oxford University Press.
- . (2000), *The nation in history: historiographical debates about ethnicity and nationalism*. Hannover, NH, Brandeis University Press.
- . (2003), *Chosen peoples: sacred sources of national identity*. Nova York, Oxford University Press.
- . (2004), *The antiquity of nations*. Cambridge, Polity Press.
- . (2008), *The cultural foundations of nations: hierarchy, covenant and republic*. Oxford, Blackwell.
- SMITH, Felipe. (2010), "The African diaspora as imagined community". In: RAHIER, Jean Muteba, HINTZEN, Percy C. & SMITH, Felipe (orgs.). *Global circuits of blackness, interrogation the African diaspora*. Champaign, University of Illinois Press.
- SOBRAL, José Manuel. (2003), "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português". *Análise Social*, xxxvii (165): 1093-1126.
- SOMERS, Margaret. (1993), "Citizenship and the place of public sphere: law, community and political culture in the transition to democracy". *American Sociological Review*, 58 (5): 587-620.
- STOKES, Gale. (1986), "How is nationalism related to capitalism? A review article". *Comparative Studies in Society and History*, 28: 591-598.
- SZPORLUK, Roman. (1988), *Communism and nationalism: Karl Marx versus Friedrich List*. Oxford, Oxford University Press.
- TOCQUEVILLE, A. de. (1991-2004), *Oeuvres*. Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 3 vols.
- TURNER, Victor. (1967), *The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual*. Ithaca, Cornell University Press.
- . (1974), *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca/ Nova York, Cornell University Press.

- VAKIL, AbdoolKarim. (1995), “Caliban na biblioteca: Oliveira Martins, ciências sociais, cidadania e colonialismo”. *Estudos Portugueses e Africanos*, n. 25-26, pp. 109-228.
- . (1999), “Leituras de Oliveira Martins: história, ciências sociais e modernidade económica”. *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXVIII: 47-81.
- VEBLEN, Thorstein. (2006), *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. 1ª edição 1915. Nova York, Cosimo.
- VILAR, Pierre. (1979), “On nations and nationalism”. *Marxist Perspectives*, 1: 8-30.
- WOLLMAN, Howard & SPENCER, Philip. (2007), “‘Can such goodness be profitably discarded?’ Benedict Anderson and the politics of nationalism”. In: MCCLEERY, Alistair & BRABON, Benjamin A. (orgs.). *The influence of Benedict Anderson*. Edimburgo, Merchiston Publishing, pp. 1-20.

Resumo

Nações e nacionalismo (a teoria, a história, a moral)

O artigo aborda a contribuição de Benedict Anderson para os estudos da nação e do nacionalismo nas ciências sociais e humanas, tendo como pretexto a reedição, em língua portuguesa, da sua mais conhecida obra, *Comunidades imaginadas*. Num primeiro momento, procede-se a um breve inventário genealógico dos estudos sobre a nação e sobre o nacionalismo, que visa sublinhar e interrogar o relativo desinteresse que as teorias sociais clássicas devotaram à ideia de nação e às suas formas específicas de incorporação política, económica e sociocultural. Num segundo momento, reflete-se sobre o percurso intelectual e cívico do autor, contextualizando os seus interesses e as suas propostas analíticas, nomeadamente no que diz respeito à imaginação das identidades e comunidades nacionais e à sua organização em movimentos nacionalistas, mas também às noções de *poder* e às virtualidades e limites do método comparativo, ao papel das ideias e dos fenómenos culturais. Num terceiro momento, explora-se, de um ponto de vista crítico e reflexivo, as noções de *imaginação* e de comunidade na sua obra, articulando os seus sentidos e os seus usos e apropriações com os contextos históricos, académicos e políticos, do seu percurso intelectual.

Palavras-chave: Nação e nacionalismo; Identidade nacional; Comunidades imaginadas; Método comparativo; Anticolonialismo.

Abstract

Nations and nationalisms (theory, history and morality)

The article examines Benedict Anderson's contribution to studies of the nation and nationalism in the social and human sciences, taking as its pretext the reissue in Portuguese of his most well-known work, *Imagined Communities*. The text begins with a brief genealogical survey of studies of the nation and nationalism, which seeks to

emphasize and question the relative disinterest that classical social theories devote to the idea of the nation and its specific forms of political, economic and sociocultural incorporation. Next it turns to the author's intellectual and civic career, contextualizing his interests and his analytic propositions, specifically in terms of the imagination of national identities and communities and their organization into nationalist movements, but also the notions of power and the virtualities and limits of the comparative method, and the role of ideas and cultural phenomena. Finally the text concludes with a critical and reflective exploration of the notions of imagination and community in Anderson's work, connecting their meanings, uses and appropriations with the historical, academic and political contexts of his intellectual career.

Keywords: Nation and nationalism; national identity; Imagined communities; Comparative method; Anticolonialism.

Texto recebido em 1/8/2012 e
aprovado em 6/8/2012.

Diogo Ramada Curto é professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e publicou recentemente *Cultura política no tempo dos Filipes, 1580-1640* (Lisboa, Edições 70, 2011). E-mail: <dcuro@fcs.h.unl.pt>.

Miguel Bandeira Jerónimo é pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, publicou *Livros brancos, almas negras: a "Missão Civilizadora" do colonialismo português, c. 1870-1930* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010) e *A diplomacia do império: política e religião na partilha de África* (Lisboa, Edições 70, 2012). E-mail: <miguel.jeronimo@ics.ul.pt>.

Nuno Domingos é pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, publicou *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique* (Lisboa, ICS, 2012). E-mail: <nuno.domingos@ics.ul.pt>.